

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GIOVANE SAIONARA RAMOS

UNIVERSIDADE PÚBLICA E FUNDAÇÕES PRIVADAS:
A HEGEMONIA PRIVATISTA NA PRODUÇÃO DO DISCURSO
E NA APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS

São Paulo
2015

GIOVANE SAIONARA RAMOS

Universidade pública e fundações privadas: a hegemonia privatista
na produção do discurso e na apropriação dos recursos

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Educação.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Minto

São Paulo
2015

Nome: RAMOS, Giovane Saionara

Universidade pública e fundações privadas: a hegemonia privatista na produção do discurso e na apropriação dos recursos

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Cesar Augusto Minto

Instituição: FE – USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Ciro Teixeira Correia

Instituição: IGc – USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Rubens Barbosa de Camargo

Instituição: FE – USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Roberto Leher

Instituição: UFRJ – Externo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Pedro Estevam da Rocha Pomar

Instituição: Externo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que participaram direta ou indiretamente da elaboração desta tese. Presenças importantes nos momentos mais fecundos assim como nos momentos mais ásperos. Companheiros do cotidiano universitário e escolar, valorosos companheiros-professores de luta pela educação pública, alunos e ex-alunos que possibilitaram ricos debates, militantes dos movimentos sociais, amigos de todas as datas, lugares e familiares.

Agradeço imensamente ao Professor Roberto Leher, a grande inspiração para a minha formação intelectual e principal incentivador para o desenvolvimento deste trabalho. De fato, os seus trabalhos e aulas foram referências fundamentais para a compreensão crítica e fundamentada das políticas públicas para a educação superior. Sua generosidade intelectual e gentileza propiciaram condições muito favoráveis aos estudos.

Agradeço aos professores que fizeram parte das bancas avaliadoras desta tese: Ciro Teixeira Correia, Pedro Pomar, Rubens Barbosa de Camargo e Roberto Leher pelas pertinentes contribuições. Ao Professor César Augusto Minto, pelo trabalho de orientação e pelo incentivo a minha autonomia intelectual para a elaboração deste trabalho. Certamente, a postura ética e crítica dos referidos professores na luta em defesa da universidade pública é fundamental para que muitos outros possam se reapropriar da sua condição de classe.

Aos professores Afrânio Mendes Catani, Gabriel Cohn, Kátia Lima, José dos Santos Rodrigues, Ronaldo Rosas Reis, Sônia Rummert, Gaudêncio Frigotto, Lúcia Maria Neves, e Virgínia Fontes, agradeço pelas contribuições excepcionais a minha formação intelectual.

Meus sinceros agradecimentos ao Responsável pelo Serviço de Pós-Graduação (FEUSP), Marcelo de Souza Ribeiro, cuja competência e solidariedade se traduziram em gestos importantes e decisivos durante todo o período do curso.

Agradeço especialmente ao apoio e solidariedade de Leila Dutra, Valéria Marinho, Denise Dias, Marcela Almeida e Tat'etu Muzangala pelo apoio e solidariedade, propiciando situações singulares ao longo da elaboração da tese. A Marcela Almeida, agradeço pelas leituras dos capítulos que renderam discussões e contribuições inestimáveis ao trabalho.

A Maria Carolina, minha filha, pelo amor solidário e generoso.

“Há fatos que amadurecem na sombra, porque poucas mãos, sem qualquer controle a vigiá-las, tecem a teia da vida coletiva, e a massa não sabe, porque não se preocupa com isso. Os destinos de uma época são manipulados de acordo com visões limitadas e com fins imediatos, de acordo com ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e a massa dos homens não se preocupa com isso. Mas os fatos que amadureceram vêm à superfície; o tecido feito na sombra chega ao seu fim, e então parece ser a fatalidade a arrastar tudo e todos, parece que a história não é mais do que um gigantesco fenômeno natural, uma erupção, um terremoto, de que são todos vítimas, o que quis e o que não quis, quem sabia e quem não sabia, quem se mostrou ativo e quem foi indiferente. Estes então zangam-se, queriam eximir-se às conseqüências, queriam que se visse que não deram o seu aval, que não são responsáveis.

Alguns choramingam piedosamente, outros blasfemam obscenamente, mas nenhum ou poucos põem esta questão: se eu tivesse também cumprido o meu dever, se tivesse procurado fazer valer a minha vontade, o meu parecer, teria sucedido o que sucedeu? Mas nenhum ou poucos atribuem à sua indiferença, ao seu cepticismo, ao fato de não ter dado o seu braço e a sua atividade àqueles grupos de cidadãos que, precisamente para evitarem esse mal combatiam (com o propósito) de procurar o tal bem (que) pretendiam.”

(ANTONIO GRAMSCI, 1917)

À Maria de todas as horas

RESUMO

RAMOS, G.S. Universidade pública e fundações privadas: a hegemonia privatista na produção do discurso e na apropriação dos recursos. 2015.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Esta tese tem por finalidade analisar a atuação das fundações privadas ditas de “apoio” no interior da universidade pública ao intermediarem financiamentos para a execução de parte dos projetos e programas da instituição universitária e a forma como essa parceria se materializa sob a perspectiva de uma economia capitalista dependente e heterônoma. A regulamentação das fundações privadas e a sua relação com as universidades tem sido objeto de questionamento por parte dos movimentos docente e estudantil e, também pelos órgãos de controle, particularmente, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU). Desde então, publicações e estratégias de enfrentamento à privatização da universidade vêm sendo articuladas às lutas mais gerais das IFES, IEES e dos movimentos sociais, embora a presença desses entes privados tenha encontrado respaldo numa parcela expressiva da comunidade universidade para prosseguir nos seus objetivos. A questão crucial e que muitos dos defensores desses entes privados não reconhecem publicamente é que determinados contratos e convênios realizados por meio dessas fundações afrontam os princípios do direito público previstos na Constituição Federal e, principalmente, afrontam a função pública da universidade, convertendo-a no limite em mera “prestadora de serviços. Ao mesmo tempo, a tese questiona as implicações da relação entre a universidade pública e um ente privado para a autonomia universitária em todas as esferas (didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial). O estudo prioriza as legislações governamentais referentes às fundações de apoio desde a Reforma do Estado até a última disponível com foco no desenvolvimento das políticas de Ciência e Tecnologia para a educação superior e particularmente, para universidade, como a Lei de Inovação Tecnológica, a Lei das Parcerias Público-Privadas, a criação dos Fundos Setoriais com vistas ao desenvolvimento da pesquisa. A tese tenta mostrar se, diante da mundialização do capital, ocorre a adequação dos espaços da universidade para a produção de “inovação”, o que pouparia as corporações dos investimentos necessários em laboratórios de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e em pessoal qualificado, convertendo a universidade numa mera prestadora de serviços e desvirtuando o *ethos* acadêmico. Para essa investigação, o estudo utiliza os conceitos florestanianos de “Capitalismo Dependente” e “Heteronomia”, com vistas a identificar o aprofundamento da condição de subordinação do país à economia-mundo e aos interesses particularistas das corporações ao mesmo tempo que afasta a pesquisa aplicada das proposições de soluções para os problemas nacionais. A pesquisa mostrou que a política de educação, particularmente para a educação superior, tem subsumido à política de Ciência, Tecnologia e Inovação configurando um processo de refuncionalização da universidade.

Palavras-chave: Universidade pública; fundações privadas; inovação; autonomia universitária; capitalismo dependente.

ABSTRACT

RAMOS, G.S. Public Universities and Private Foundations: the privatist hegemony in the discourse production and the resources appropriation. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This thesis aims to analyze the role of ‘support’ private foundations within public university, their ability to mediate financing for the execution of some part of the university's projects and programs and the way how this partnership materialize itself underneath the dependent capitalism and the heteronomy. Regulations for private foundations and their relationship with universities have been subject to inquiry by faculty and students movements, and also by control agencies, particularly, the Court of Audit (TCU) and the Comptroller General (CGU). Since them, publications and strategies of tackling against the university privatization have been done and articulated to the IFES, IEE and social movements, although the presence of these entities have found a support on an expressive part of the university community to continue their purposes. Many campaigner of these entities do not recognize that several contracts and accords made by the private foundations confront the principles of the public law present in the Constitution and confront the university social function. Simultaneously, this study questions the implications of the relation between public university and a private entity in consideration of university autonomy in all spheres (didactics, scientific, administrative, and financial/assets management). The study prioritizes governmental acts pertaining to the support foundations ranging from State Reform to the last available, bringing into focus the development of science and technology policies for higher education and particularly the university, as the Lei de Inovação Tecnológica (Technological Innovation Act), Lei das Parcerias Público-Privadas (Public-Private Partnerships Act) and subsequent acts. The thesis attempts to show whether an adequacy of university spaces for the production of innovation occurs as a result of capital globalization. This movement would exempt large corporations from necessary investments in terms of research and development laboratories (R&D) and of qualified personnel, converting the university into a mere service provider, besides undermining the academic *ethos*. For that investigation, the study uses Florestan Fernandes’ concepts of Dependent Capitalist and Heteronomy, with the purpose of identifying the submersion of the country’s condition of subordination to monopoly capitalism. Research showed that the education policy, particularly for higher education, has been subsumed to the Science, Technology and Innovation policy, configuring some processes of university refunctionalization.

Keywords: Public University; Private Foundations; innovation; university autonomy; dependent capitalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Greves das IFES – 1998, 2000, 2001, 2003 e 2012	p. 93
Tabela 2	Vagas x Matrículas UFF - Graduação Presencial e EaD 2007-2012	p. 121
Tabela 3	Expansão Cursos UFF – Niterói e Interior – 2002 – 2011	p. 121
Tabela 4	Evolução Geral dos Docentes UFF 1995-2010	p. 122
Tabela 5	Receitas dos Impostos Federais e despesas liquidadas das IFES	p. 125
Tabela 6	Recursos do MEC recebidos pela UFF (R\$ em milhões, nominais)	p. 127
Tabela 7	Recursos MEC-UFF-REUNI	p. 116
Tabela 8	Expansão na Pós-Graduação (<i>Stricto Sensu</i>)	p. 129
Tabela 9	Conceito na CAPES Conceito/Pós-Graduação	p. 129
Tabela 10	Conceito Capes: Programas Mestrado/Doutorado 2007-2013	p. 129
Tabela 11	Conceito Capes: Mestrado profissional	p. 131
Tabela 12	Produção Científica UFF 2009-2013	p. 131
Tabela 13	Produção Científica UFF 2001-2008	p. 132
Tabela 14	Projetos em desenvolvimento por classificação 2001-2010	p. 141
Tabela 15	Quadro Geral de Projetos FEC-UFF 2001-2010 por Área de Conhecimento	p. 154
Tabela 16	Projetos em desenvolvimento 2001 a 2013	p. 156
Tabela 17	Quantidade de Parcerias FEC / Natureza Jurídica do Financiador	p. 160
Tabela 18	Projetos em desenvolvimento por modalidade	p. 163
Tabela 19	Quadro Geral dos Projetos FEC-UFF 2001-2010 por Instrumento	p. 164
Tabela 20	Quadro Geral dos Projetos FEC-UFF 2001-2010 (MBA's, Especialização e Mestrado Profissional)	p. 170
Tabela 21	Recursos financeiros captados em projetos FEC, 2001-2013	p. 171
Tabela 22	Recursos financeiros captados por modalidade-2011-2013	p. 172
Tabela 23	Valores de convênios repassados à FEC, 2000-2013	p. 174
Tabela 24	Maiores repasses de convênios (%) para a FEC 2011-2013	p. 176
Tabela 25	Pessoal vinculado a projetos administrativos pela FEC: bolsistas, servidores, bolsistas alunos e autônomos – 2010	p. 178
Tabela 26	Valores pagos a pessoal vinculado a projetos administrativos pela FEC – 2006-2010	p. 178
Tabela 27	Bolsas vinculadas a projetos gerenciados pela FEC – 2011-2013	p. 178
Tabela 28	Evolução de receita e despesa da FEC – 2006-2013	p. 179
Tabela 29	Evolução de receita e despesa dos projetos – 2006-2013	p. 180
Tabela 30	Total da receita de recursos financeiros e projetos da FEC – 2006-2013	p. 180
Tabela 31	Contrapartida FEC-UFF 2000-2013	p. 181
Tabela 32	Outros tipos de apoio à UFF 2011-2013	p. 182
Tabela 33	Quadro Geral dos Concursos Públicos / Recursos captados 2001-2013	p. 183
Tabela 34	Consulta para Reitor UFF (2014-2018)	p. 211
Tabela 35	Transferência de recursos públicos para a FEC – 2001 a 2004	p. 227
Tabela 36	Relatório Semestral Financeiro VALE/FEC	p. 232

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Medidas de regulamentação das fundações	p. 20
Quadro 2	Documentos da Fundação Euclides da Cunha – FEC	p. 38
Quadro 3	Documentos da Universidade Federal Fluminense - UFF	p. 40
Quadro 4	Documentos do ANDES-SN e de suas seções sindicais	p. 43
Quadro 5	Estudos bibliográficos sobre fundações de apoio	p. 45
Quadro 6	Legislação – base da Reforma Universitária pós-golpe de 1964	p. 56
Quadro 7	Fundações de Apoio: quadro geral até 2014	p. 104
Quadro 8	Quadro Geral dos Projetos FEC-UFF 2001-2010 (órgão financiador)	p. 161
Quadro 9	Repasso de Recursos do REUNI/MEC-UFF	p. 168
Quadro 10	Obras financiadas em projetos de infraestrutura da UFF	p. 175
Quadro 11	Cursos pagos <i>lato sensu</i> autossustentáveis	p. 191
Quadro 12	Projetos da UFF/FEC/MBA vigentes em 31/12/2013	p. 192
Quadro 13	MBA'S FEC/UFF	p. 198
Quadro 14	Mestrados e Mestrados profissionalizantes FEC-UFF	p. 200
Quadro 15	Criação da Agência de Inovação FEC-UFF	p. 207
Quadro 16	Página da ETCO (1)	p. 213
Quadro 17	Página da ETCO (2)	p. 213
Quadro 18	Página da ETCO (3)	p. 214
Quadro 19	Redes Temáticas / Quantidade de laboratórios e /ou Núcleos de Pesquisa	p. 219
Quadro 20	Propriedade intelectual e transferência de conhecimento	p. 223
Quadro 21	Protocolo de intenções Senado Federal/FEC (1)	p. 228
Quadro 22	Protocolo de intenções Senado Federal/FEC (2)	p. 228
Quadro 23	Contrato VALE/FEC	p. 232
Quadro 24	Pareceres assessoria jurídica FEC	p. 243
Quadro 25	Movimento docente e fundações privadas: breve cronologia	p. 245

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Organograma da Universidade Federal Fluminense	p. 110
Gráfico 2	Expansão geográfica Niterói e Interior	p. 120
Gráfico 3	Docentes/titulação UFF 2007 a 2014	p. 123
Gráfico 4	Vagas/Docentes das IFES no REUNI	p. 126
Gráfico 5	Organograma da FEC	p. 138
Gráfico 6	Organograma PROPPi	p. 202
Gráfico 7	Organograma da Agir	p. 204

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	FEC e REUNI	p. 135
Figura 2	UFF, FEC, PETROBRAS	p. 135
Figura 3	Logotipo da incubadora de empresas da UFF	p. 216

LISTA DE SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADUNICAMP	Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas
Adusp	Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
APH	Aparelhos Privados de Hegemonia
BM	Banco Mundial
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASNAV	Centro de Análises de Sistemas Navais
CCT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
CEDERJ	Fundação Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEP	Conselho de Ensino e Pesquisa
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
CGU	Controladoria Geral da União
CNCTI	Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CoPGr	Conselho de Pós-Graduação
COPPE/UFRJ	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ
CPC-UNE	Centro Popular de Cultura da União Nacional de Estudantes
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUV	Conselho Universitário
DCE	Diretório Central de Estudantes
DE	Dedicação Exclusiva
EaD	Educação à Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ECTI	Entidade de Ciência, Tecnologia e Inovação
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAI	Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FEDP	Fundações Estatais de Direito Privado
FEMAR	Fundação de Estudos do Mar
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIA	Fundação Instituto de Administração
FINATEC	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FP	Fundação Privada
FS	Fundos Setoriais
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GED	Gratificação de Estímulo à Docência
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
HU	Hospital Universitário
HUAP	Hospital Universitário Antonio Pedro
HUE	Hospital-escola

IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
ICT	Instituição Científica e Tecnológica
IEAR	Instituto de Educação de Angra dos Reis
IES	Instituições de Ensino Superior
IEES	Instituições Estaduais de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
INFES	Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da UFF
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIT	Lei de Inovação Tecnológica
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MBA	<i>Master in Business Administration</i>
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST	Movimento dos Sem-Terra
NEAMI	Núcleo de Educação Assistida por Meios Interativos
NIT	Núcleo de Integração Tecnológica
OS	Organização Social
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACT&I	Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional
PAES	Plano de Apoio à Educação Superior
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PINGIFES	Plataforma de Integração de Dados das Instituições Federais de Ensino Superior
PMB	Plano Brasil Maior
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPP	Parceria Público-Privada
PROAC	Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROIFES	Fórum dos Professores de Instituições Federais do Ensino Superior
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUCG	Polo Universitário de Campos dos Goitacazes
PUNF	Polo Universitário de Nova Friburgo
PURO	Polo Universitário de Rio das Ostras
PUVR	Polo Universitário de Volta Redonda
RA	Relatório de Atividades
REUNI	Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RG	Relatório de Gestão
RJU	Regime Jurídico Único
RU	Reforma Universitária
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SESU	Secretaria de Ensino Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USAID	<i>U.S. Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL: APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA	15
Hipótese	32
Objetivo Geral	35
Objetivos Específicos	36
Procedimentos metodológicos	36
Conceitos e categorias de análise	47
Síntese da estrutura da tese	49
CAPÍTULO 1: BREVE HISTÓRICO DA HETERONOMIA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.....	53
1.1 A Reforma Universitária.....	56
1.2 Capitalismo dependente e heteronomia cultural.....	66
CAPÍTULO 2: REFORMA DO ESTADO, FUNDAÇÕES E UNIVERSIDADE	83
2.1 Reforma do Estado	86
2.2 Reformas do Estado e fundações de apoio	93
2.3 Novas dimensões da função social das universidades.....	95
CAPÍTULO 3: UNIVERSIDADE E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	107
3.1 Breve histórico da Universidade Federal Fluminense (UFF).....	107
3.2 A UFF no REUNI.....	111
3.2.1 Os planos de desenvolvimento institucional	117
3.3 Breve histórico da Fundação Euclides da Cunha (FEC)	136
3.3.1 Fundações privadas e regime de trabalho docente na universidade.....	144
3.3.2 A FEC como iniciativa indispensável: o discurso de justificação.....	149
3.3.3 Os contratos realizados no período 2001-2013	154
3.3.4 Parcerias	158
3.3.5. Recursos captados	171
3.3.6. Os serviços intermediados	182
3.4 A Agência de Inovação.....	201
3.4.1 Propriedade Intelectual e transferência de conhecimento	213
3.4.2 Repasses de recursos públicos à FEC.....	226
3.5 O caso VALE	230
3.6 Conflitos público X privado	237
3.7 As resistências à refuncionalização da universidade.....	244
CONCLUSÃO	248
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	260
APÊNDICES	272